

Divinópolis/MG, 11 de Abril de 2019

Sintram faz primeira entrega de materiais escolares arrecadados através da campanha *IR Solidário*



Fotos: Jotha Lee/Sintram



A diretora do Cemei, Edivânia Miranda, e o secretário geral do Sintram, Demetrio Bento da Cruz, no ato da entrega do material arrecadado com a Campanha IR Solidário

As 130 crianças atendidas pelo Centro Municipal de Educação Infantil (Cemei) Miguel Rodrigues Filho, localizado no conjunto habitacional Lagoa dos Mandarins, foram as primeiras beneficiadas com material escolar arrecadado pelo Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Divinópolis e Região Centro-Oeste (Sintram) dentro da campanha Imposto de Renda (IR) Solidário. O projeto, lançado esse ano e coordenado pelo diretor de Planejamento do Sintram, Marco Aurélio Gomes, oferece assessoria aos servidores municipais para a declaração simplificada do Imposto de Renda. Em troca, o servidor faz a doação de material escolar. As doações serão destinadas à rede municipal de ensino.

Nesta quarta-feira (9), Marco Aurélio Gomes, o secretário geral do sindicato, Demetrio Bento da Cruz, e a conselheira Lucilândia Alves, visitaram o Cemei Miguel Rodrigues, ocasião em que foi feita a entrega do primeiro lote de material arrecadado com o projeto IR Solidário. Os alunos receberam cadernos, livros infantis, lápis, borracha, apontadores, pincéis,

tesoura e vários outros materiais necessários para a atividade escolar.

O material foi recebido pela diretora Edivânia Miranda Pereira, que comemorou a doação. “Muito importante para a escola e para todos os nossos alunos. Vai nos ajudar muito, sem nenhuma dúvida. Agradecemos ao Sintram e parabenizamos a todos do sindicato pela iniciativa”, disse ela.



De acordo com o diretor Marco Aurélio Gomes, outras escolas também receberão material da campanha ainda esse ano. “Essa é a primeira entrega que estamos fazendo. Ainda faremos novas entregas. Apesar de ser o primeiro ano do IR Solidário, a

campanha é vitoriosa e, além de oferecer mais um serviço para os nossos servidores, ainda temos a oportunidade de dar uma boa contribuição para as nossas escolas”, afirmou.

A presidente do Sintram, Luciana Santos, diz que a campanha está dentro das metas da nova diretoria. “A campanha lançada esse ano faz parte das metas para esse mandato e está dentro da política do Sintram, de prestação de serviços para os nossos servidores e envolvimento com a comunidade. Sem dúvida é muito gratificante podermos colaborar com nossas escolas, como sempre tendo a participação efetiva da categoria”, disse a presidente.

O CEMEI

O Cemei Miguel Rodrigues funciona em uma das regiões mais carentes da cidade e atende a crianças do conjunto habitacional Lagoa dos Mandarins e dos bairros São Caetano, Icarai e Eldorado. A escola oferece um ótimo espaço para as crianças e o prédio se encontra em excelente estado de conservação. De acordo com o último censo escolar, a escola oferece alimentação, acesso à Internet, berçário, banheiro adequado à educação infantil e para alunos com deficiência ou mobilidade reduzida. Para atender aos 130 alunos, são oito salas de aulas e 38 funcionários, entre professores, monitores e serventes.

Sintram e Comissão do PCCS da Educação de Bambuí avançam mais uma etapa na proposta

Foto: Flávia Brandão/Sintram



Na reunião da última terça-feira, a Comissão finalizou a proposta que será encaminhada ao Executivo

Com objetivo de discutir e esclarecer alguns pontos do Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores da Educação e estrutura administrativa de Bambuí, a conselheira fiscal do Sintram, Lucilândia Lima, se reuniu na terça-feira (9) com os representantes do Executivo e sua equipe de consultores para finalizar o projeto. Ficou acertada uma próxima reunião no próximo dia 15 com o prefeito municipal, para a apresentação do impacto financeiro e outras decisões acerca da proposta. Após o fechamento dessa discussão junto à administração o sindicato convocará assembleia de servidores para que a categoria delibere a respeito da proposta.

Ainda de acordo com Lucilândia, a proposta será também repassada ao setor jurídico do Sintram. “O setor jurídico irá analisar para verificar se os artigos estão de acordo com as legislações e que não venha prejudicar nenhum servidor. A reunião foi muito positiva porque conseguimos fechar esse trabalho com a Comissão”, avaliou.

**Associe-se e tenha
acesse a toda nossa carteira
de benefícios
(37)3216-8484**

WWW.SINTRAMDIV.ORG

Na defesa do servidor municipal

SINTRAM
CENTRO OESTE / MG
Sind. Trab. Mun. Divinópolis e Região Centro Oeste / MG

MP de Bolsonaro que quer destruir sindicatos é pauta de luta em Divinópolis

Governo quer dificultar forma de recolhimento da contribuição sindical para enfraquecer a luta trabalhista

Foto: Comunicação/Sintram



Lideranças sindicais discutem MP que aniquila sindicatos

O governo de Jair Bolsonaro tem pouco mais de três meses, mas deixou claro que sua agenda é contra a defesa dos trabalhadores. Além da reforma da Previdência, que prevê vários retrocessos para a classe trabalhadora e população mais carente do Brasil, o Governo quer desorganizar as entidades sindicais no sentido de calar as únicas vozes, que ainda sobrevivem e vão às ruas na defesa dos trabalhadores de vários segmentos. Prova disso é a edição da Medida Provisória 873 que pretende mudar a forma de recolhimento da contribuição e mensalidades sindicais passando as mesmas a serem feitas, exclusivamente, por meio de boleto bancário. No sentido de lutar contra esse retrocesso, que custará a extinção de muitos sindicatos, trazendo prejuízos irreparáveis aos trabalhadores, sindicatos de Divinópolis se reuniram na sede do Sindicato dos Hoteleiros na última terça-feira (09) para traçar estratégias de luta.

O vice-presidente do Sintram, Wellington Silva, representou a diretoria do sindicato na reunião, e relatou que ficou acertado que as instituições irão elaborar uma ação jurídica conjunta para combater essa Medida Provisória. “Estamos unidos para combater a Reforma da Previdência e também essa MP, que acaba realmente com todos os sindicatos, uma vez que proibindo o desconto em folha irá dificultar bastante a maioria dos sindicatos conseguir sobreviver”, declarou.

Ainda de acordo com Wellington Silva ficou definida uma próxima reunião, após o recesso da Semana Santa com mais sindicatos para definir quais caminhos serão tomados. Além do Sintram, participaram da primeira reunião os seguintes representantes: Flávio Lúcio Sotelo do Soac; Policar do Sinticom; Ila Mendes Mafalda e Edna Oliveira do SindUte; José Antônio Ribeiro do Sindicato dos trabalhadores Rurais de Divinópolis STRD; Simone Leite do Sinpro e Ademar Seabra Santiago do SIETHD.

TRAMITAÇÃO

Foi cancelada pela 2ª vez consecutiva a reunião de instalação e eleição do presidente e vice-presidente da comissão mista destinada a proferir parecer à MP 873/19, que estava marcada para acontecer nesta quarta-feira (10). Ainda não foi definida nova data para a instalação. Na semana retrasada, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ) e os presidentes das centrais e outras entidades sindicais acertaram que a MP seria alterada no Congresso Nacional ou perderia eficácia.

Os prazos para bloqueio da pauta da Câmara dos Deputados, inicialmente, e do Senado Federal, em seguida, apenas começam a contar após a instalação da comissão mista. A instalação se dá com a eleição do presidente e vice-presidente dos trabalhos do colegiado.

MPF ratifica denúncia contra Temer na primeira instância

O Ministério Público Federal (MPF) no Distrito Federal ratificou hoje (10) duas denúncias apresentadas contra o ex-presidente Michel Temer pelos crimes de organização criminosa e obstrução de Justiça. Os ex-ministros Eliseu Padilha e Moreira Franco também fazem parte da denúncia.

A acusação sustenta que Temer e parlamentares do PMDB participaram de um suposto esquema de corrupção envolvendo integrantes do partido na Câmara dos Deputados com objetivo de obter vantagens indevidas em órgãos da administração pública. Parte das acusações foi baseada nos depoimentos de delação de Joesley Batista e Ricardo Saud, ex-executivos do grupo J&F.

Em 2017, a denúncia foi apresentada ao Supremo Tribunal Federal (STF) pelo então procurador-geral da República, Rodrigo Janot. No entanto, o Congresso não concedeu o aval para prosseguimento da denúncia, que ficou suspensa até 1º de janeiro, quando Temer saiu da presidência e o caso foi enviado para a primeira instância da Justiça Federal.

Foto: Estadão



A ratificação das acusações é um procedimento formal após a primeira instância do MPF receber o processo do STF.

Na denúncia, a defesa de Eliseu Padilha afirma que as acusações estão amparadas apenas em palavras dos delatores. Os advogados de Moreira Franco sustentam que o ex-ministro jamais participou de qualquer grupo para práticas de ilícitos. A defesa de Temer critica as delações e conduta de Janot à frente da investigação.

Fonte: Agência Brasil

Justiça eleitoral cassa senadora do partido de Bolsonaro conhecida como “Moro de saia”

Foto: Agência Senado



Acusada de caixa 2 e abuso de poder econômico a juíza aposentada Selma Arruda teve seu mandato cassado; o suplente da juíza, Gilberto Possamai, também foi cassado pelos mesmos motivos

O Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT) cassou nesta quarta-feira (10) o mandato da senadora Selma Arruda (PSL) e do suplente dela, Gilberto Possamai, por crime eleitoral. A chapa é acusada ter praticado caixa dois e abuso de poder econômico por omitir, da Justiça eleitoral, despesas de R\$ 1,23 milhão na campanha do ano passado. Os magistrados também determinaram realização de nova eleição e a inelegibilidade de Selma e Gilberto.

A senadora, que é do partido do presidente Jair Bolsonaro e juíza aposentada, poderá recorrer da decisão no exercício do mandato. Ela afirma que é vítima de perseguição política. "Estou tranquila com a decisão proferida nesta quarta-feira (10) pelo Tribunal Regional Eleitoral. A tranquilidade que tenho é com a consciência dos meus atos, a retidão que tive em toda

a minha vida e que não seria diferente na minha campanha e trajetória política. Respeito a Justiça e, exatamente por esse motivo, vou recorrer às instâncias superiores, para provar a minha boa fé e garantir que os 678.542 votos que recebi da população mato-grossense sejam respeitados".

Segundo o relator do processo, desembargador Pedro Sakamoto, Selma deixou de registrar na contabilidade oficial gastos de R\$ 1,23 milhão. O valor corresponde a 72% das despesas declaradas pela senadora. O voto do relator, favorável à cassação, foi acompanhado por todos os demais magistrados da corte. Para ele, Selma e seus suplentes saíram "em larga vantagem em relação aos outros candidatos, ferindo o princípio da isonomia".

De acordo com o processo, a senadora recebeu R\$ 1,5 milhão em transferências bancárias do suplente em duas parcelas, em abril e julho do ano passado, antes do prazo permitido pela Justiça eleitoral para arrecadação de campanha. "Esse dinheiro permitiu

que ela fizesse esses gastos sem observar a norma prevista na legislação eleitoral vigente", afirmou o magistrado. Sakamoto afirmou que Selma pagou R\$ 550 mil à agência Genius At Work Produções Cinematográficas LTDA, com cheques nominais, fora do período eleitoral. Segundo ele, peças publicitárias de rádio e TV foram feitas também de maneira extemporânea.

Juíza aposentada, a senadora de Mato Grosso nasceu no Rio Grande do Sul e tem 55 anos. Nos últimos anos ganhou notoriedade por mandar prender políticos do estado acusados de corrupção. Entre eles, o ex-governador Silval Barbosa. Por sua atuação considerada dura no enfrentamento à corrupção, ela ganhou o apelido de "Moro de Mato Grosso", em referência ao atual ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, ex-juiz da Operação Lava Jato em Curitiba. Por causa de ameaças de morte que já recebeu, Selma Arruda circula com proteção policial.

Fonte: Congresso em Foco

Segurança não aumenta se pessoas estiverem armadas, aponta pesquisa

O Instituto Datafolha consultou a população sobre os principais pontos que integram o pacote anticrimes do ministro da Justiça, Sérgio Moro, enviado ao Congresso no final de janeiro. A proposta prevê a alteração de 14 leis, como Código Penal, Código de Processo Penal, Lei de Execução Penal e Lei de Crimes Hediondos. O Datafolha ouviu 2.806 pessoas em 130 municípios do país entre os dias 2 e 3 de abril. Veja a seguir alguns dos resultados apontados pela pesquisa.

Para 72% dos entrevistados, a sociedade não fica mais segura com as pessoas armadas para se proteger e, para 64%, a posse de armas deve ser proibida. As informações foram publicadas pelo jornal Folha de S. Paulo nesta quinta-feira. O entendimento de que a posse de armas deveria ser proibida porque representa ameaça à vida das pessoas é mais alto entre mulheres (74%), jovens de 16 a 24 anos (69%) e pessoas com renda até dois salários mínimos. A facilitação da posse de armas foi uma bandeira de campanha do agora presidente Jair Bolsonaro e já foi implantada, por meio de decreto presidencial, em 15 de janeiro.

Quando perguntados sobre a atuação dos policiais, 81% responderam que a polícia não pode ter liberdade para atirar em suspeitos porque ela pode atingir inocentes e 82% responderam que o agente de segurança que atira em alguém por estar muito nervoso deve ser punido. A proposta de mudança nas leis apresentada pelo ministro Sérgio Moro prevê que os juízes poderão reduzir pela metade a até não aplicar pena em casos de mortes causadas por policiais em legítima defesa se o investigado argumentar que estava sob excesso de medo, surpresa ou violenta emoção.

A imagem da polícia também foi medida pela pesquisa e o resultado aponta que 51% sentem mais medo do que confiança na polícia, enquanto 47% do entrevistados confiam nas polícias mais do que as temem.

Apenas 29% dos entrevistados admitem que o extermínio de criminosos é uma espécie de política de segurança pública. Esse modelo de política têm sido defendida principalmente pelo governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel (PSC), e pelo governador de São Paulo, João Doria (PSDB). Pelas redes sociais, o presidente Bolsonaro também tem apoiado tais medidas.

Fonte: Datafolha